



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA EM MINAS GERAIS
NÚCLEO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA SUPES/MG

ATA SUMÁRIA DE SESSÃO DE REUNIÃO TÉCNICO INFORMATIVA

EMPREENDIMENTO : DUPLICAÇÃO DA BR 116 / MG
PROCESSO IBAMA Nº: 02001.007991/2012-19
DATA: 12/02/2020
LOCAL: GOVERNADOR VALADARES / MG

Aos 12/02/2020, as 19:30, no Auditório da Prefeitura Municipal de Governador Valadares (MG), iniciou-se a Audiência Pública - AP para discussão do EIA-RIMA do empreendimento Regularização e Duplicação da Rodovia BR 116/MG. A presente ata foi lavrada de acordo com os procedimentos definidos pelo IBAMA no Regulamento da Audiência Pública e em atendimento à Resolução CONAMA nº 009, de 03 de dezembro de 1987 e Portaria Interministerial 421/2011.

Deu - se início à realização da AP pela leitura do regulamento e na sequência convidou para compor a mesa de abertura: Sr. Rodrigo Herles – representante do IBAMA e presidente da AP; Sra. Paula Durante Tagliari – representante da Empresa de Planejamento e Logística S/A (EPL), e Sr. Aurélio Chaves – representante da consultoria Serviços Técnicos e Engenharia (STE Consultoria Ambiental).

Em seguida, passou a palavra aos membros da mesa, para que fizessem seus pronunciamentos.

Na sequência o presidente da AP e representante do IBAMA, o Analista Ambiental Rodrigo Herles, iniciou sua apresentação informando sobre o rito legal e procedimentos do processo de licenciamento ambiental executado pelo Órgão, bem como sobre a situação atual do empreendimento dentro deste rito, que o fez em 15 minutos.

Em seguida, presidente da mesa diretora da AP passou a palavra à Paula Durante Tagliari, representante da EPL, para apresentar a empresa, as justificativas e as características do empreendimento, que o fez em 15 minutos.

A representante da EPL convidou o Advogado Gustavo Botrel Amâncio da EPL para explanar acerca dos processos de desapropriação eventuais que venham a ocorrer em virtude da instalação do empreendimento.

Logo após, a presidente da mesa diretora passou a palavra ao Sr. Aurélio Chaves para apresentar, em até 30 minutos, os principais resultados do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental, elaborados pela STE.

Após as apresentações a presidente iniciou o debate, convidando os representantes da EPL e da SPE Consultoria para compor a mesa de debates.

Os principais temas abordados nas perguntas da plenária foram os seguintes:

- Foi questionado sobre o prazo para instalação do empreendimento, sobretudo das praças de pedágio e valor a ser cobrado.
- Foi questionado se já existe algum estudo sobre a localização das praças de pedágios e se este leva em consideração as necessidades de municípios próximos a Governador Valadares.
- Foi questionado sobre a metodologia utilizada para dimensionar a quantidade de estruturas de “passagens de fauna” a serem implantadas em toda a extensão da obra e se esta quantidade é considerada suficiente.
- Foi questionado sobre possibilidade e viabilidade técnica de alteração de traçado da rodovia BR 116, de modo a melhorar a circulação regional, com a integração das diferentes rodovias já implantadas, a exemplo da BR 381, e também a duplicação da ponte São Raimundo.
- Foi questionado sobre como será tratado o impacto da duplicação da rodovia, com a necessidade de desapropriações em relação aos usos já existentes na travessia urbana de Dom Cavati, tais como a comércios e residências existentes na rua marginal à pista.
- Foi informado pelo chefe da UT de Governador Valadares que
- Foi questionado sobre o problema da cobrança de pedágios por concessionárias e a não execução das obras acordadas em contrato da concessão. Na mesma colocação também foi questionado sobre a necessidade de criação de mecanismos que garantem a execução do empreendimento, tais como seguros ou penalidades à empresa ganhadora da licitação.
- Foi questionado sobre a existência de soluções tecnológicas para a questão de mitigação e controle de ruídos em área urbana, sobretudo onde se registra a presença de hospitais e escolas.
- Foi questionado se o projeto considerou a existência de áreas de grande interesse e importância ambiental, tais como o acesso ao Pico do Ibituruna, em relação à duplicação da rodovia.
- Foi questionado como será tratada a instalação de passarelas para pedestres, acessos e retornos em comunidades existentes nas margens da rodovia, de modo a facilitar o deslocamento e a segurança dos usuários, sobretudo moradores locais.
- Foi questionado se haverá a realização de reuniões com as comunidades que serão eventualmente afetadas diretamente pelo empreendimento.
- Foi questionado sobre a importância de melhorar e ampliar a divulgação da AP e adequar o horário de realização de modo a propiciar maior participação das comunidades. Nesse sentido foi registrada reclamação sobre a divulgação insuficiente desta AP em Governador Valadares e região.
- Houve questionamento sobre quando foi realizado o levantamento da ictiofauna do rio Doce pelos estudos EIA/RIMA deste empreendimento, se antes ou depois do rompimento da barragem de Mariana?
- Foi questionado se o estudo considerou o impacto de eventos intensos de chuva na região e os impactos sobre a via.

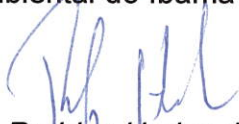


- Foi questionado sobre quem seria o responsável pela fiscalização e controle das atividades de implantação do empreendimento e sobre a existência de canais de comunicação para realização de denúncias e reclamações.
- Foi questionado se o estudo considerou a existência do plano diretor e o planejamento estratégico do município de Governador Valadares, sobretudo a questão das diretrizes para o sistema viário e a mobilidade urbana.
- Foi comentado sobre a necessidade de se proibir a circulação de veículos de tração animais na via duplicada.

Foi informado que a reunião Pública está sendo gravada. Todas as perguntas foram respondidas e também foram informados canais de comunicação para registro de solicitações, dúvidas, sugestões e denúncias junto ao IBAMA e ANTT. A Reunião Pública registrou a presença de 48 pessoas, que assinaram a lista de presença, que vai anexa a esta Ata.

O presidente fez suas considerações finais e às 22:45 considerou válida e encerrada a Reunião Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA da Regularização e Duplicação da Rodovia BR 116/MG.

Lavrou esta Ata o Analista Ambiental do Ibama Rodrigo Herles, que assina com os demais representantes.



Rodrigo Herles dos Santos
Presidente da Mesa Diretora da Audiência Pública



Paula Durante Tagliari
Representante de EPL na Audiência Pública



Aurélio Chaves
Representante da Consultoria na Audiência Pública